

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
------------------	----

PRIMEIRA PARTE – ANÁLISE DA CONSIDERAÇÃO ECONÔMICA

CAPÍTULO 1 – RECONSTRUÇÃO ANALÍTICA DA CONSIDERAÇÃO ECONÔMICA	37
---	----

1.1 ELEMENTOS DA CONSIDERAÇÃO ECONÔMICA	41
1.1.1 Considerar o quê?	42
1.1.2 Como considera?	50
1.1.3 Quem considera?	68
1.1.4 Quando considera?	73
1.1.5 Para que considera?	79
1.2 EFEITOS DA CONSIDERAÇÃO ECONÔMICA	82

CAPÍTULO 2 – PREMISSAS E FUNDAMENTOS DA CONSIDERAÇÃO ECONÔMICA	89
--	----

2.1 PREMISSAS DA CONSIDERAÇÃO ECONÔMICA	89
2.1.1 Interpretação teleológica de enunciados normativos veiculadores de normas de tributação	90
2.1.2 Afastamento do caráter jurídico da hipótese de incidência	96
2.2 FUNDAMENTOS NORMATIVOS DA CONSIDERAÇÃO ECONÔMICA	100
2.2.1 Capacidade contributiva	100
2.2.2 Solidariedade social e cidadania	103

SEGUNDA PARTE – CRÍTICA DA CONSIDERAÇÃO ECONÔMICA

CAPÍTULO 3 – PROBLEMAS LÓGICO-ARGUMENTATIVOS DA CONSIDERAÇÃO ECONÔMICA	109
--	-----

3.1 FUNÇÕES DA LINGUAGEM NA DEFESA DA CONSIDERAÇÃO ECONÔMICA	109
3.1.1 Maniqueísmo e conotação emotiva	111

3.1.2	<i>Contexto extralinguístico</i>	117
3.1.2.1	Significado normativo	118
3.1.2.2	Função diretiva	127
3.2	FALÁCIAS ARGUMENTATIVAS	129
3.2.1	<i>Falácia da falsa causa e da ladeira escorregadia</i>	130
3.2.2	<i>Falácia da presunção</i>	132
3.2.3	<i>Falácia da pista falsa</i>	134
3.2.4	<i>Falácia do espantalho</i>	135
3.2.5	<i>Falácia da generalização apressada</i>	138
3.3	PROBLEMAS DE DETERMINAÇÃO NA CONSIDERAÇÃO ECONÔMICA	143
3.3.1	<i>Ambiguidade polissêmica intencional</i>	143
3.3.2	<i>Genericidade</i>	147
3.3.3	<i>Vagueza</i>	149
3.3.4	<i>Indefinibilidade semântica ou obscuridade</i>	153
3.4	PROBLEMAS DE REFERENCIAL NA CONSIDERAÇÃO ECONÔMICA	159
3.4.1	<i>As formas jurídicas</i>	160
3.4.2	<i>A relação com o Direito Privado e “sobreposição”</i>	167
3.4.3	<i>Interpretação teleológica</i>	170
3.4.3.1	Definição de interpretação teleológica	171
3.4.3.2	Função da interpretação teleológica	178
3.4.3.3	Limites da interpretação teleológica.....	179
3.4.3.4	Distorções da interpretação teleológica.....	181
3.4.4	<i>Deformação da norma jurídica</i>	188
CAPÍTULO 4 – PROBLEMAS NORMATIVOS DA CAPACIDADE ECONÔMICA		195
4.1	LEGALIDADE	196
4.1.1	<i>Conteúdo normativo da legalidade</i>	196
4.1.2	<i>Compatibilidade com a consideração econômica</i>	200
4.2	SEPARAÇÃO DE PODERES	206
4.2.1	<i>Conteúdo normativo da separação de poderes</i>	206
4.2.2	<i>Compatibilidade com a consideração econômica</i>	208
4.3	SEGURANÇA JURÍDICA	211
4.3.1	<i>Conteúdo normativo da segurança jurídica</i>	211
4.3.2	<i>Compatibilidade com a consideração econômica</i>	214
4.4	ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	218
4.4.1	<i>Conteúdo normativo do Estado Democrático de Direito</i>	218
4.4.2	<i>Compatibilidade com a consideração econômica</i>	220
CONCLUSÕES		221
REFERÊNCIAS		227